

Ronald Martin Dauscha: - O valor da originalidade

2005. Ano 2 . Edição 7 - 1/2/2005

O Brasil investe 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos normalmente investem de 2% a 3% do PIB.

por Ottoni Fernandes Jr., de São Paulo



Ao aumentar a competitividade, a globalização obrigou as empresas a lançar produtos inovadores e de baixo custo. No Brasil, onde as companhias viveram décadas protegidas, o efeito foi avassalador. Muitas pereceram. Outras buscaram novidades para sobreviver. Em 1984 foi criada a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei). Hoje ela reúne 61 grandes empresas e outras menos conhecidas, que já nasceram com o DNA da inovação, além de universidades e centros de pesquisa. A Anpei participou da formulação das leis que prevêem incentivos fiscais aos que investem em inovação e mecanismos para a transmissão de conhecimento ao setor privado. Ronald Martin Dauscha, presidente da Anpei e responsável pela Gestão de Tecnologia da Siemens, falou a Desafios sobre a situação brasileira.

Desafios - Durante muito tempo inovação tecnológica foi um assunto restrito a um pequeno grupo de empresas instaladas no Brasil e não parecia ser uma preocupação nas esferas governamentais. Isso mudou?

Dauscha - A inovação tecnológica tornou-se um assunto importante neste governo, ao menos para o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A tradição da política pública brasileira era concentrar os investimentos em fomento tecnológico preponderantemente nas universidades e nos centros de pesquisa. Agora as empresas entram na linha de prioridade, graças à nova política industrial. As novas políticas para o setor tecnológico vêm sendo implementadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso, centralizadas no então ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg. Com a troca do comando, houve um atraso no processo, mas o resultado acabou sendo altamente positivo, com a aprovação de um arcabouço de mudanças para fomentar a inovação tecnológica, através da Lei da Informática, da Lei de Inovação e da criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Desafios - A Anpei participou do processo de formulação desse novo arcabouço

jurídico?

Dauscha - Sim, participamos do processo e fomos ouvidos, pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Nossa ponte foi o Ministério da Ciência e Tecnologia. A Lei de Inovação pode contribuir para aumentar a oferta de soluções tecnológicas por parte das universidades e dos centros de pesquisa, porém, importante são os artigos 19, 20 e 28, que ainda precisam ser regulamentados até o final de abril de 2005. Eles tratam da subvenção econômica, de incentivos fiscais e de um regime fiscal favorável para que as empresas privadas se dediquem com maior intensidade à inovação tecnológica.

Desafios - Adeptos do liberalismo econômico consideram política industrial um anacronismo. Qual a sua posição sobre isso?

Desafios - Todos os países desenvolvidos têm uma política industrial. No Brasil ela serve como guarda-chuva para uma série de atividades e cria uma base para que seja fomentada a inovação tecnológica nas empresas. A Lei de Inovação criou uma ponte entre empresas, universidades e centros de pesquisa, com foco na inovação. Mas ainda falta o organismo que dará funcionalidade a essa lei, a ABDI, que deverá ser regulamentada e colocada em funcionamento até o final de abril.

Desafios - Um dos destaques da Política Industrial foi dar prioridade a alguns setores, a saber, fármacos, software, bens de capital e semicondutores. Qual a sua posição a respeito da focalização e dos setores escolhidos?

Dauscha - Na verdade tudo é uma questão de critério, e a escolha do governo levou em conta as prioridades da balança comercial e a necessidade de aumentar a produtividade interna. Assim, o setor de bens de capital é importante. Na área da microeletrônica há interesse em atrair uma fábrica completa, mesmo que isso não garanta absorção tecnológica, pois reduz as importações de componentes. Mas também acho importante focalizar plataformas e tecnologias portadoras do futuro, que produzirão resultados positivos daqui a dez ou quinze anos, seja na área de biotecnologia ou seja na de siderurgia. Tem de haver uma discussão mais ampla para eleger os setores prioritários, tendo em vista os interesses de curto prazo e as tecnologias do futuro.

Desafios - Críticos da Lei de Inovação dizem que ela está na contramão da história e representa uma intervenção governamental no setor privado.

Dauscha - Países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oferecem subvenções econômicas diretas para o esforço de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas, além de incentivos fiscais. Também usam as compras governamentais como mecanismo de apoio à inovação. Assim, até 60% dos custos dos investimentos em tecnologia são beneficiados por subvenções, incentivos fiscais ou por reduções tributárias.

Desafios - Onde, por exemplo?

Dauscha - Estados Unidos, Canadá.

Desafios - Qual a posição do Brasil em termos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em comparação com países desenvolvidos?

Dauscha - Ainda estamos muito atrasados, pois o Brasil investe 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), enquanto os países desenvolvidos normalmente investem de 2% a 3% do PIB.

Desafios - Qual a realidade das empresas brasileiras? Há um investimento vigoroso em inovação voltada para a criação de novos produtos?

Dauscha - Não. A Pesquisa Industrial sobre Desenvolvimento Tecnológico (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre 1998 e 2000, mostrou que, do universo de 72 mil empresas, apenas 30% fizeram algum tipo de inovação tecnológica, que incluía capacitação e compra de máquinas. Mas é

bom ressaltar que o esforço de inovação quase sempre esteve concentrado na melhoria dos processos produtivos. Muito pouco se fez para o desenvolvimento de novos produtos. O quadro começa a mudar nas empresas com mais de 500 funcionários, pois elas investem em P&D para criar produtos inovadores que alcancem preços diferenciados. Ainda tem muito chão pela frente, mas acho que dentro de três anos observaremos uma mudança drástica. Para incentivar as empresas a investir em produtos inovadores, seria fundamental que o governo federal lançasse um plano de comunicação, em âmbito nacional, mostrando a importância da inovação tecnológica. Isso mobilizaria pequenas, médias e grandes empresas. É preciso mostrar que existe uma lei que permite abater do Imposto de Renda os investimentos em P&D, bem como existem os fundos de investimentos setoriais, que são desconhecidos pela maioria das empresas.

Desafios - Em que medida a Lei de Inovação pode favorecer o processo de inovação tecnológica dentro da Siemens brasileira, uma vez que outros países em desenvolvimento onde existem subsidiárias da empresa disputam com o Brasil investimentos em tecnologia?

Dauscha - Os executivos de empresas multinacionais aqui instaladas têm interesse em atrair investimentos tecnológicos para o Brasil. No caso da Siemens, já somos o principal centro de desenvolvimento e produção de centrais telefônicas de pequeno porte. Os produtos são desenvolvidos e fabricados aqui e exportados para todo o mundo. É claro que os incentivos e subvenções à inovação tecnológica influirão nessa decisão. Por exemplo, dependendo dos incentivos fiscais destinados ao processo de P&D poderemos vir a produzir equipamentos de Raio X no Brasil.

Desafios - Que fatores determinam a escolha do país que receberá investimentos em P&D?

Dauscha - Em primeiro lugar a existência de um mercado interno de bom tamanho. Depois, estabilidade política e econômica e bons marcos regulatórios. Também é importante a existência de boas universidades e centros de pesquisa, pois a empresa avalia o custo de P&D em comparação com outros países. Fatores culturais também pesam. A Índia, por exemplo, tem uma forte base de pessoal no setor tecnológico, mas existe muita rotatividade nos cargos, pois os mais preparados logo querem partir para um doutorado. Na China o problema é outro, pois faltam pessoas capazes de assumir funções de coordenação e essas têm de ser trazidas do exterior, o que aumenta o custo.

Desafios - Incentivos para as empresas e maior integração com as universidades no esforço de P&D são suficientes ou será necessário fortalecer a estrutura educacional, até porque o desempenho dos estudantes nos exames de português e matemática vem piorando?

Dauscha - Fortalecer o ensino, especialmente na área de ciências, é prioritário. Será necessário um processo mais abrangente, com a inclusão de mais pessoas no universo de ensino. É preciso aumentar a base para assegurar a necessária oferta de doutores, onde a demanda é maior do que oferta. Se as empresas começarem a buscar pesquisa aplicada nas universidades, a estrutura acadêmica existente não será suficiente. O exemplo alemão deveria ser levado em conta. Lá existe a alternativa de cursos técnicos equivalentes ao secundário que garantem oferta de mão-de-obra de alto padrão.

Desafios - Não será necessário que as empresas invistam mais na formação educacional de seus funcionários, ou essa é uma função do Estado?

Dauscha - Eu acho importantíssimo, mas nos últimos anos as empresas passaram a selecionar funcionários com o nível educacional necessário, pois a oferta de mão-de-obra era maior do que a procura, já que houve enxugamento de quadros e o impacto de globalização da economia. Assim, elas não precisaram investir muito em educação. Tal realidade está mudando, até porque aumenta a consciência de

cidadania empresarial, e tende a haver maior investimento na formação dos próprios funcionários.

Desafios - Além de contribuir para a formulação de novas políticas governamentais, como a Anpei está agindo para mudar a cultura das empresas no que diz respeito à inovação tecnológica?

Dauscha - Esse é um trabalho que exige a realização de conferências e muito corpo-a-corpo com empresas, universidades e governo. Vamos trabalhar um tema que nós chamamos "A cadeia da inovação", que envolve a análise de produto no mercado, o investimento em tecnologia, a industrialização. Tudo isso tem de ser uma cadeia fechada. É um trabalho amplo para fomentar o lançamento de produtos novos, diferenciados.

Desafios - O governo lançará em breve a Plataforma Dumont, um sofisticado banco de dados inter-relacional, que mostrará quem está trabalhando em determinados desenvolvimentos tecnológicos e servirá para aumentar a integração entre empresas e centros de pesquisa. Essa plataforma será útil?

Dauscha - Pode ser importantíssima. A Anpei foi consultada na fase de desenvolvimento da Plataforma Dumont. Será muito útil para que as empresas façam consultas e verifiquem que pesquisadores, em quais universidades ou centros de pesquisa, estão trabalhando num tema de seu interesse. Servirá para promover uma interação mais forte entre universidade e empresa.

Desafios - Existe dinheiro suficiente para financiar a pesquisa científica e tecnológica no Brasil?

Dauscha - Por enquanto sim. A Financiadora de Projetos (Finep) do MCT tem recursos para atender a demanda das empresas. Mas se a demanda aumentar, por conta da Lei da Inovação, pode faltar dinheiro. Sobrou dinheiro no Orçamento de 2004 não porque o governo contingenciou recursos, mas porque o processo de decisão é muito lento e falta agilidade na aplicação dos fundos setoriais. A liberação depende da publicação de um edital, da reunião de um comitê, e o sistema de controle exige que a empresa faça previsão de despesas por cinco anos. Deveria ser adotado um sistema mais rápido para liberar recursos para P&D, semelhante ao da Receita Federal, em que a comprovação é feita depois do gasto.

Desafios - O que falta o governo fazer, além de regulamentar a Lei da Inovação?

Dauscha - A prioridade tem de ser a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi). Atualmente a aprovação de uma nova patente demora vários anos, e a Lei da Inovação estimulará as universidades e centros de pesquisas a registrarem novos pedidos. A própria estrutura ministerial terá de ser repensada em algum momento, pois atualmente o MCT e o MDIC estão muito alinhados com o processo de inovação, mas o Ministério da Educação está alheio ao processo. O mais importante: é necessária uma política de Estado para o setor de inovação, como aconteceu na Coreia do Sul, e não uma política de governo, que pode mudar a qualquer momento.

Desafios - A política do governo petista para o setor de P&D e inovação foi uma surpresa para você?

Dauscha - Não, o que surpreendeu foi a política econômica conservadora. Na área de tecnologia deu-se continuidade a um planejamento iniciado no governo anterior, quando, por exemplo, foram criados os fundos setoriais para aplicação em P&D. Agora foi aprovado o arcabouço jurídico para o setor.

Inovador de raiz

Ronald Dauscha já veio programado para a engenharia, herança do pai, um engenheiro mecânico austríaco naturalizado alemão. Fez engenharia na Escola

Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e se formou na turma de 1983. Teve seu primeiro emprego na multinacional de origem alemã Siemens. Ficou 18 anos trabalhando na unidade de Curitiba, onde passou por quase todas as áreas, do desenvolvimento de produtos à organização de eventos. Fez um estágio de quatro anos na sede da empresa, na Alemanha, e atualmente é responsável pela área de Gestão de Tecnologia, que faz a ponte entre os diversos departamentos da Siemens e provedores externos de soluções científicas e tecnológicas. Uma parte de sua infância foi vivida na Itália. Hoje, aos 43 anos de idade, contabiliza inúmeras e diversificadas experiências, embora quase metade de sua vida - 21 anos cravados - tenha passado dentro dos escritórios e laboratórios de uma única empresa, a Siemens. Deixará a presidência da Anpei em maio próximo, após um mandato de dois anos.